



O Fórum de debates foi encerrado ontem, com um pronunciamento do senador João Calmon

Decreto de Zélia deixa educação sem recursos

CORREIO BRAZILIENSE

20 JUN 1991

O Governo está retendo, indevidamente, os recursos destinados pela Constituição à educação. Se não forem revogados decretos da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, parte do dinheiro que estados e municípios deveriam estar destinando, prioritariamente ao ensino fundamental, não chegará às escolas. O alerta foi feito ontem pelo senador João Calmon (PMDB-ES), em discurso pronunciado no encerramento do ciclo de conferências à "Educação: O Desafio do Ano 2000", promovido no Senado pela Comissão de Educação.

O parlamentar disse que

não há dados recentes sobre o cumprimento da Constituição no tocante aos recursos que devem ser destinados à educação, mas há evidências de que ele está sendo aplicado inadequadamente. Calmon lamentou a situação em que se encontra o ensino fundamental no Brasil, criticando a estrutura elitista do ensino. Para ele, "neste País a educação é eminentemente frágil".

Falando sobre o financiamento da educação no País, em discurso recheado de dados e análise de conjuntura, o parlamentar pediu um esforço nacional pela educação. Se-

gundo ele, até mesmo o Orçamento Geral da União, aprovado no Congresso, precisa ser reelaborado para contemplar verbas para o ensino fundamental, como determina o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição. Ele falou a uma platéia atenta de reitores e professores universitários encerrando o ciclo de debates e conferências iniciado em maio. O fórum concluiu, pelos dados apresentados, que a situação da educação no País é alarmante, e exige medidas urgentes e eficazes, que garantam a melhoria da educação em todos os níveis.